



14 DE DEZEMBRO DE 2016

Quarta-feira

- NOVOS PROJETOS DE LEI. DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS LEGISLATIVO Nº 43 - XII . 12 DE DEZEMBRO DE 2016
- INFORMATIVO BRUXELAS
- FIESP ESTÁ LEVANDO A GOVERNO MEDIDAS DE CURTO PRAZO PARA AJUDAR EMPRESAS
- 2017 SERÁ UM ANO DURÍSSIMO PARA A INDÚSTRIA, PREVÊ CNI
- INDÚSTRIA ESPERA QUE PIB CRESÇA 0,5% EM 2017, METADE DO PREVISTO PELO GOVERNO
- BRASIL E URUGUAI ASSINAM ACORDO QUE REDUZ BUROCRACIA NO COMÉRCIO EXTERIOR
- METALÚRGICOS DA VOLKS DE TAUBATÉ ABREM MÃO DE AUMENTO REAL DE SALÁRIO ATÉ 2022
- VENDA DE CARROS IMPORTADOS CRESCE 0,4% EM NOVEMBRO, DIZ ABEIFA
- BNDES LANÇA MEDIDAS PARA AMPLIAR DESEMBOLSO A MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS
- RECEITA PODE AVALIAR PRAZO MAIOR PARA PARCELAMENTO DE DÍVIDA DE EMPRESAS
- PROGRAMA DE RENOVAÇÃO DE FROTA DE ÔNIBUS URBANO PODE DESTRAVAR DEMANDA, DIZ SETOR
- TEMER: PROPOSTA PARA A PREVIDÊNCIA É A QUE ACHAMOS ÚTIL PARA O PAÍS
- PESSIMISMO ATINGE MERCADO E ALGUMAS PROJEÇÕES JÁ APONTAM RETRAÇÃO DO PIB EM 2017
- PARA ANALISTAS, CRISE POLÍTICA AMEAÇA REFORMA DA PREVIDÊNCIA
- SENADO APROVA REFORMA DA LEI DE LICITAÇÕES
- PACOTE PARA REATIVAR A ECONOMIA SERÁ ANUNCIADO NA QUINTA-FEIRA
- PRODUÇÃO DE MOTOS CAI 1,7% EM NOVEMBRO E ACUMULA QUEDA DE 29,5%, DIZ ABRACICLO
- ANEEL APROVA REAJUSTE DE 11,41% NAS TARIFAS DE ITAIPU

- ANEEL DEFINE NOVO LIMITE PARA PREÇO DA ENERGIA NO MERCADO DE CURTO PRAZO EM 2017
- GERAÇÃO DE ENERGIA EÓLICA NO PAÍS CRESCE 52,7% DE JANEIRO A OUTUBRO, DIZ CCEE
- PESSIMISMO ATINGE MERCADO E ALGUMAS PROJEÇÕES JÁ APONTAM RETRAÇÃO DO PIB EM 2017
- AS 10 CIDADES DO PARANÁ QUE MAIS DEMITIRAM EM 2016
- BASE DE TEMER TENTA APROVAR TERCEIRIZAÇÃO SEM AVAL DO SENADO
- DESEMPREGO ELEVA ABERTURA DE NOVAS EMPRESAS NOS ÚLTIMOS 6 ANOS, DIZ SERASA
- ARTIGO: O STF GARANTIU A ESTABILIDADE INSTITUCIONAL
- SINDICATOS REJEITAM NOVA PROPOSTA DA PETROBRAS E CONVOCAM PARALISAÇÕES
- MAIORIA DAS PEQUENAS EMPRESAS NÃO DEVE REAJUSTAR PREÇOS NO INÍCIO DE 2017
- GREVE CONTRA PACOTE DE AJUSTE FISCAL É INOPORTUNA, DIZ GOVERNADOR DO RS
- FÁBRICAS DE MOTOS TERÃO NOVOS CORTES
- VOLUME DE VEÍCULOS NOVOS FINANCIADOS DESPENCA EM 2016
- IMPORTADORES DE VEÍCULOS TRAVADOS PELA COTA
- PROGRAMA ANFIR-APEX DEVE GERAR US\$ 35 MILHÕES EM EXPORTAÇÃO
- MWM EMBARCA PRIMEIROS MOTORES PARA A ÁFRICA DO SUL
- X-TRACT DA TOMRA É RECONHECIDO COM O PRÊMIO ALEMÃO DE DESIGN 2017
- AS PASTILHAS NA CLASSE GC1130 AGORA ESTÃO DISPONÍVEIS PARA USO COM FERRAMENTAS PARA FRESAMENTO DE CANAIS
- NOVA FÁBRICA DA CSN JÁ OPERA EM ARCOS
- TERNIUM RECORRE À CVM CONTRA DIRETORIA DA USIMINAS

CÂMBIO		
EM 14/12/2016		
	Compra	Venda
Dólar	3,315	3,315
Euro	3,527	3,528

Fonte: BACEN

14/12/2016 – Fiep

Confira nessa edição os novos projetos de lei apresentados no Senado Federal, Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

ÍNDICE

NOVOS PROJETOS DE LEI FEDERAL

REGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA

DIREITO DE PROPRIEDADE E CONTRATOS

Elevação do valor de dispensa de licitação

PL 6530/2016 da deputada Josi Nunes (PMDB/TO)

RELAÇÕES DE CONSUMO

Disponibilização de amostra sem lacre de produtos duráveis

PL 6521/2016 do deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB)

Aplicação de lei mais favorável ao consumidor nos casos de transações internacionais

PL 6533/2016 do deputado Lobbe Neto (PSDB/SP)

QUESTÕES INSTITUCIONAIS

Exigência de certificação de gestor de sistema de integridade para atenuar sanções administrativas da Lei Anticorrupção

PLS 435/2016 do senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)

Estabelecimento de metas no PPA

PLS-C 417/2016 da senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR)

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

JUSTIÇA DO TRABALHO

Prescrição do contrato de experiência

PLS 422/2016 do senador Cidinho Santos (PR/MT)

Prioridade de tramitação para os procedimentos judiciais em ações de acidentes de trabalho

PL 6545/2016 do deputado Marco Maia (PT/RS)

Aplicação da arbitragem aos conflitos trabalhistas

PL 6561/2016 do deputado Mauro Lopes (PMDB/MG)

OUTRAS MODALIDADES DE CONTRATOS

Regras para exercer a profissão de Engenheiro de Segurança do Trabalho

PL 6560/2016 do deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG)

Exclusão das atividades que demandem aptidão plena do cálculo da cota de pessoa com deficiência

PL 6562/2016 do deputado Mauro Lopes (PMDB/MG)

Redução de encargos previdenciários para contratação de pessoas com deficiência

PL 6565/2016 do deputado Marinaldo Rosendo (PSB/PE)

Inserção de pessoa com transtorno do espectro autista nos censos demográficos

PL 6575/2016 da deputada Carmen Zanotto (PPS/SC)

RELAÇÕES INDIVIDUAIS DO TRABALHO

Novas regras para as relações de trabalho

PL 6563/2016 do deputado Mauro Lopes (PMDB/MG)

INFRAESTRUTURA

Novo objetivo da Conta de Desenvolvimento Energético-CDE

PLS 423/2016 da senadora Ângela Portela (PT/RR)

Destinação de recursos do FNAC para a região da Amazônia Legal

PLS 428/2016 do senador Jorge Viana (PT/AC)

SISTEMA TRIBUTÁRIO

DESONERAÇÃO DE INVESTIMENTOS

Tributação para PIS/PASEP e COFINS dos cotistas de fundos de investimento em ações e de investimento cambial no resgate de cotas

PLS 433/2016 do senador Paulo Bauer (PSDB/SC)

INFRAESTRUTURA SOCIAL

EDUCAÇÃO

Suprime o limite de prazo para estágio de estudante de educação superior

PL 6535/2016 do deputado Mauro Lopes (PMDB/MG)

INTERESSE SETORIAL

INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA

Inclusão de dispositivo limitador de velocidade como equipamento obrigatório

PL 6517/2016 do deputado Andres Sanchez (PT/SP)

Inclusão dispositivo de aviso do não afivelamento de cinto e bloqueador de ignição como equipamentos obrigatórios

PL 6554/2016 da deputada Mariana Carvalho (PSDB/RO)

INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Exclui a aplicação das sanções da Lei de Crimes Ambientais em obras e serviços nas faixas de domínio das rodovias, ferrovias e portos já implantados

PLS 414/2016 do senador Cidinho Santos (PR/MT)

INDÚSTRIA DE BEBIDAS

Instituição da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico da comercialização, produção e importação de refrigerantes e bebidas açucaradas

PLS 430/2016 do senador Jorge Viana (PT/AC)

INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS

Proibição da utilização de microesferas de plástico em produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumaria

PL 6528/2016 do deputado Mário Heringer (PDT/MG)

INDÚSTRIA DE ENERGIA ELÉTRICA

Condições para o acesso de microgeração e minigeração distribuída à rede de serviços de distribuição de energia elétrica e comercialização do excedente

PLS 429/2016 do senador Jorge Viana (PT/AC)

Informação nas faturas de energia da parcela da tarifa correspondente às perdas não técnicas

PL 6523/2016 do deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB)

INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

Proibição da venda de buzinas e qualquer material que contenham gás propano

PL 6539/2016 do deputado Irmão Lazaro (PSC/BA)

INDÚSTRIA DO FUMO

Elevação do percentual multiplicador para base de cálculo da COFINS para os fabricantes de cigarro

PL 6549/2016 da deputada Dâmina Pereira (PSL/MG)

INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

Determinação de que as propagandas de medicamentos dividam, proporcionalmente, o tempo entre os aspectos positivos e negativos
PL 6582/2016 do deputado Glauber Braga (PSOL/RJ)

NOVOS PROJETOS DE LEI ESTADUAL POLÍTICA SOCIAL

Saúde

Obriga as farmácias públicas, privadas e postos estaduais de distribuição de medicamentos a realizarem cadastro telefônico de clientes idosos, para informar previamente aos usuários acerca da disponibilidade de medicamentos de uso contínuo
PL 570.2016 de autoria do deputado Requião Filho (PMDB)
Dispõe sobre a exigência de confirmação do registro nos conselhos, de profissionais de saúde que exerçam atividades em instituições públicas e privadas
PL 572.2016 de autoria do deputado Márcio Pacheco (PPL)

MEIO AMBIENTE

Gestão de recursos hídricos

Dispõe sobre a instalação de sistemas de conservação e uso racional da água nos edifícios públicos do Estado do Paraná
PL 574.2016 de autoria do deputado Ney Leprevost (PSD)
Dispõe sobre a criação do programa de identificação, cadastramento e preservação de nascentes de águas no Estado do Paraná e dá outras providências
PL 575.2016 de autoria do deputado Márcio Nunes (PSD)

ASSUNTOS ECONÔMICOS

Direito do Consumidor

Dispõe sobre a privacidade dos consumidores no que tange às especificações da nota fiscal e dá outras providências
PL 578.2016 de autoria do deputado Gilberto Ribeiro (PRB)
Fomento e desenvolvimento
Estabelece nova redação ao artigo 32 da Lei 12.020/1998, que trata sobre o Fundo Paraná, destinado a apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico no Estado
PL 580.2016 de autoria do Poder Executivo

QUESTÕES INSTITUCIONAIS

Administração Pública

Estabelece a correção monetária, pela variação do índice de preços ao consumidor amplo – IPCA 2015/2016, do valor de referência de custas (VRC) e das tabelas do regimento de custas estabelecido na Lei nº 6.149/1970 e modificações posteriores
PL 586.2016 de autoria do Tribunal de Justiça

Informativo Bruxelas

14/12/2016 – CNI

O **Informativo de Bruxelas** com os acontecimentos do período de outubro e novembro na Comissão, Parlamento e Conselho da União Europeia já está disponível no site de Negociações Internacionais da CNI.

Destaques desta edição:

- **Negociações UE-Mercosul: rodada concluída com “sucesso”, afirma Comissão Europeia;**
- **Buenos Aires recebe visita de deputados europeus após rodada;**
- **Acordos comerciais e parcerias: atualização**
- **OMC: UE aposta em reformas de instrumentos de defesa comercial para enfrentar aço chinês**

- **Risco de veto ao Acordo UE-Canadá traz incerteza à política comercial do bloco**

Fiesp está levando a governo medidas de curto prazo para ajudar empresas

14/12/2016 – Tribuna PR

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) está levando ao governo medidas de curto prazo para ajudar a sanear as empresas que se encontram em dificuldades, considerando principalmente ações para facilitar o acesso ao crédito e melhorar o ambiente para fusões e aquisições, já que a venda de ativos tem sido hoje um dos instrumentos usados para levantar caixa por várias companhias. A informação foi dada nesta terça-feira, 13, pelo vice-presidente da entidade, José Ricardo Roriz Coelho, em evento em São Paulo.

Segundo ele, entre as propostas está a redução do prazo para recebimento pelos estabelecimentos dos pagamentos feitos por meio do cartão de crédito de 30 dias para 18 dias, "sem repasse dos custos para a taxa de administração". "Seria um fôlego importante para o varejo", destacou.

Outra proposta trata da flexibilização dos parâmetros da análise para as concessões de crédito para as companhias em dificuldade. "Se não arrumar isso, ninguém vai receber nunca", afirmou, lembrando ainda que a crise vai durar mais tempo.

Agilizar as concessões de crédito para as exportações e garantir que o cartão BNDES funcione dentro dos parâmetros estabelecidos previamente também foram mencionadas. "Verificou-se que o Banco do Brasil tem exigido garantias reais para essas operações e não tem mais financiado matérias-primas, são práticas que precisam ser revogadas", disse.

As propostas que estão sendo levadas ao governo preveem ainda ampliar apoio a fusões e aquisições de empresas com dificuldades financeiras e limitar a responsabilização jurídica de empresas que comprarem companhias com dificuldades financeiras.

Roriz mencionou ainda que as propostas englobam liberar depósito compulsório não remunerado para dar crédito as companhias inadimplentes. A taxa de juro a ser aplicada seria a TJLP, disse ele, destacando que até setembro havia R\$ 64 bilhões em compulsório não remunerado no Banco Central.

A Fiesp está defendendo ainda o refinanciamento de dívidas vencidas com o BNDES e rever os procedimentos de bloqueio de contas ou exigência de cobertura com carta de crédito para processos em andamento nas fazendas que ainda não tiveram decisão definitiva.

2017 será um ano duríssimo para a indústria, prevê CNI

14/12/2016 – Tribuna PR

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade, disse nesta terça-feira, 13, que o ano de 2017 será "duríssimo" para a indústria. A previsão da confederação é que a atividade volte a crescer a partir do segundo semestre e suba 0,5% em 2015.

Andrade evitou fazer críticas ao atual governo, mas disse que o ajuste fiscal não está ajudando a economia a crescer e gerar emprego. "A única forma de fazer reequilíbrio fiscal é pelo gasto, não há espaço para mais carga tributária", acrescentou.

Ele ressaltou que a reforma da Previdência é fundamental e pediu também que sejam feitas mudanças na legislação trabalhista.

Andrade lembrou que o endividamento das empresas está muito alto e que não há mecanismos para a renegociação de dívidas. Ele defendeu a criação de um programa de reestruturação de débitos tributários das empresas com a União e Estados. "Se não houver equacionamento desses débitos, as empresas não conseguem licenças, financiamentos, nem pagar funcionários", observou.

Indústria espera que PIB cresça 0,5% em 2017, metade do previsto pelo governo

14/12/2016 – Folha de S. Paulo

A CNI (Confederação Nacional da Indústria) informou nesta terça (13) que espera que o país crescerá somente 0,5% em 2017, a metade do esperado pelo governo, que projeta uma alta de 1%, e mais pessimista até que a média dos analistas do mercado financeiro, que preveem uma alta de 0,7%, segundo boletim do Banco Central.

De acordo com cálculo divulgado pela entidade, a expectativa é que a economia brasileira se recupere somente no segundo semestre do ano que vem, e não no início do ano, como espera a equipe econômica.

"Hoje os economistas são mais otimistas que os empresários", afirmou o presidente da entidade, Robson Andrade. "Se fizermos concessões de infraestrutura somente em março ou abril, só vai dar resultado sobre a economia em 2018", avaliou.

Sobre o pacote de medidas microeconômicas para estimular a atividade, que o governo pretende lançar até o final do ano, ele declarou que devem ajudar somente a estabilizar a economia. "Vamos estabilizar mais com o pacote, mas não crescer mais. As fábricas estão com muita ociosidade", analisou.

A CNI espera que a indústria tenha uma expansão de 1,3% e que os investimentos cresçam 2,3% no ano que vem, em meio a um cenário de desemprego e de baixo consumo. Em 2016, a estimativa da entidade é que o PIB recue 3,6% e que a atividade econômica da indústria caia 3,9%.

Este ano será o terceiro ano consecutivo em que o PIB da indústria apresenta queda, afirmou a entidade. Ao longo desses três anos, a queda é de 11,3%.

"ABSURDO"

Questionado sobre uma possível renúncia do presidente da República, Michel Temer, por causa das delações da Odebrecht, ele afirmou que isso seria "um absurdo". "Seria um absurdo falar em renúncia do Temer. Isso é coisa de uma oposição desestruturada que não pensa no Brasil, pensa apenas em si própria", disse. "O presidente vai terminar seu mandato", completou.

Ele declarou que ainda que a Lava Jato tem que funcionar. "Tem que cumprir seu papel, acho que temos que apoiar e deixar que cumpra seu papel. Agora, as pessoas que estiverem sendo citadas têm que ter o direito de se defender", disse.

Ainda sobre o impacto que as delações podem ter sobre a economia, ele declarou que é preciso ter cautela.

"Você vê essas delações e não sabe se são verdadeiras, se não são verdadeiras", declarou.

Andrade defendeu ainda mudanças na legislação trabalhista como forma de atrair mais investimentos ao Brasil. "A legislação trabalhista é arcaica. É claro que a Justiça tem

interpretações diferentes, mas nesse caso são muito diferentes, muito variadas. Isso deixa o empreendedor com o pé atrás".

Ele defendeu as reformas da Previdência e a PEC do Teto, que será votada nesta terça-feira (13) no Senado. "Esse ajuste é fundamental, mas só esse ajuste não tem ajudado o setor produtivo a melhorar o investimento", ponderou.

Brasil e Uruguai assinam acordo que reduz burocracia no comércio exterior

14/12/2016 – Tribuna PR

A Receita Federal do Brasil e a Diretoria Nacional de Aduanas do Uruguai assinaram nesta terça-feira, 13, um Acordo de Reconhecimento Mútuo entre os dois países que, na prática, simplificará procedimentos burocráticos de empresas que fazem comércio exterior entre os dois países.

Brasil e Uruguai tem sistemas de OEA, Operador Econômico Autorizado, que são compatíveis. Com o acordo, uma companhia que é certificada como OEA no Brasil não precisará mais ser certificada também no Uruguai, pois os sistemas são integrados e permite troca constante de informações entre as duas autoridades aduaneiras.

De acordo com a Receita Federal, o OEA é o agente que faz operações de comércio exterior mediante o cumprimento voluntário de critérios de segurança aplicados à cadeia de logística ou das obrigações tributárias e aduaneiras, de acordo com a modalidade de certificação, e com a demonstração do atendimento dos níveis de conformidade e confiabilidade do programa.

Também foi assinada nesta terça portaria conjunta entre a Receita Federal e a Secretaria de Desenvolvimento Agropecuária, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, como objetivo de desenvolver um Programa OEA específico para o agronegócio.

O Acordo de Reconhecimento Mútuo assinado hoje, contudo, não implicará aumento imediato da corrente comercial entre os dois países. De acordo com o Secretário da Receita, Jorge Rachid, o Brasil exportou US\$ 2,5 bilhões para o Uruguai e importou US\$ 1,18 bilhão daquele país no acumulado de janeiro a novembro de 2016.

Metalúrgicos da Volks de Taubaté abrem mão de aumento real de salário até 2022

14/12/2016 – Tribuna PR

Em acordo coletivo aprovado nesta terça-feira, 13, os metalúrgicos da fábrica da Volkswagen de Taubaté, no interior de São Paulo, aceitaram não ter reajuste na campanha salarial deste ano e abriram mão de aumentos acima da inflação a partir do ano que vem até 2022, tendo como contrapartida o compromisso da empresa de não demitir ninguém até lá. A fábrica conta hoje com cerca de 4 mil funcionários e a data-base da categoria é 1º de setembro.

O acordo prevê também a abertura de um Programa de Demissão Voluntária (PDV) e assegura a participação nos lucros e resultados, entre outras vantagens. "O Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté considera positiva a negociação, já que o País passa por uma grande turbulência econômica e política. O acordo garante a manutenção da Volkswagen e dos trabalhadores em Taubaté", afirma o sindicato em nota.

No Brasil, onde a venda de veículos enfrenta uma queda generalizada desde 2013, a Volkswagen foi a que mais perdeu participação de mercado nos segmentos de automóveis e comerciais leves. No fim de 2012, a Volkswagen ocupava a segunda

posição na preferência dos brasileiros, com 21,1% de participação. No acumulado de 2016 até novembro, a fatia da montadora caiu para 11,5%, em terceiro lugar.

A montadora, que conta com quatro fábricas no Brasil, revelou em novembro que pretende demitir mais 3 mil funcionários em suas operações no País, ao longo de um período de cinco anos a partir de 2016. Mas os desligamentos, ressaltou a empresa à época, já estão previstos nas negociações de acordos coletivos com os sindicatos.

Venda de carros importados cresce 0,4% em novembro, diz Abeifa

14/12/2016 – Tribuna PR

O mercado de veículos importados cresceu 0,4% em novembro ante outubro, com a venda de 2.650 unidades, informou nesta terça-feira, 13, a Associação Brasileira das Empresas Importadoras e Fabricantes de Veículos Automotores (Abeifa). Apesar do avanço, novembro foi o segundo pior mês do ano, melhor apenas que o resultado de outubro. Na comparação com igual mês do ano passado, houve queda de 33,4%.

Com os resultados, o mercado de carros importados acumula, de janeiro a novembro, retração de 40,9% em relação ao volume atingido em igual intervalo do ano passado, com 32.516 emplacamentos. A expectativa da Abeifa é que o ano termine com a venda de 35,5 mil veículos, recuo de 40,8% ante o resultado final de 2015.

Para a associação, os últimos meses têm sido mais fracos porque parte das marcas já atingiu a sua cota anual de importação com desconto no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e que, com a baixa demanda do mercado, importar além da cota significa ter prejuízo.

“Em novembro poderíamos ter obtido um resultado melhor. As marcas de volumes mais significativos não puderam nacionalizar seus produtos porque já estouraram suas respectivas cotas anuais. E hoje, vender fora da cota proporcional ou do limite de 4,8 mil unidades por ano é inviável”, disse o presidente da Abeifa, José Luiz Gandini.

2017

Se o governo não tomar nenhuma medida para socorrer as empresas importadoras de veículos, cerca de 100 concessionárias deverão ser fechadas no ano que vem, resultando na demissão de 4 mil funcionários, estimou Gandini. “E parece que 2017 vai ser ainda pior”, disse.

As importadoras contam hoje com uma rede de 450 lojas, um pouco acima da metade do auge alcançado em 2011, quando havia 850 revendas espalhadas pelo Brasil. Naquele ano, o número de funcionários era de 35 mil e hoje é de 13,5 mil.

As vendas tiveram um tombo ainda maior, saindo de 199 mil unidades há cinco anos para 35,5 mil em 2016, na previsão da Abeifa. Para 2017, a expectativa é de nova queda, para 25 mil unidades, 12,5% do total vendido em 2011.

O temor de Gandini diz respeito principalmente à crise política. Ele tinha a expectativa de que o governo assinasse em breve um decreto que daria uma folga tributária às importadoras, mas os recentes sinais de incerteza no ambiente político lhe dão sensação de que não há mais previsão para a adoção da medida.

“Não vamos ter isso enquanto houver essa loucura no Brasil, esse desmando”, afirmou. “E eu não acho que isso vai acabar logo. O que nós vimos nos últimos dias foi resultado de apenas uma delação da Odebrecht. Ainda faltam mais de 70”, disse.

O pedido da Abeifa é que haja uma redistribuição das cotas anuais de importação com desconto no IPI. Pelas regras atuais, as marcas que importam veículos no Brasil pagam 35% de alíquota de importação e mais um acréscimo de 30 pontos percentuais na

alíquota do IPI, que varia de acordo com o modelo. No entanto, cada marca tem uma cota anual que pode importar sem o acréscimo de 30 pontos no IPI.

Ao superar a cota, o acréscimo passa a ser cobrado. O que Gandini tem pleiteado é que, caso uma importadora não consiga utilizar toda sua cota, o volume restante possa ser utilizado pelas demais marcas.

Apesar de pedir uma flexibilização das cotas para poder vender mais, a Abeifa reconhece que a demanda é baixa e diz que, com o clima que se vive hoje no Brasil, "ninguém quer comprar carro importado".

"Quem tem dinheiro não quer gastar e quem não tem não quer financiar", afirmou. "Além disso, o clima entre os empresários está péssimo, ninguém tem coragem de comprar um carro mais caro sabendo que os funcionários dele estão sendo demitidos, ele não quer ostentar", disse.

BNDES lança medidas para ampliar desembolso a micro, pequenas e médias empresas

14/12/2016 – Tribuna PR

O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) lançou um pacote de medidas que facilita o financiamento aos micros, pequenos e médios (MPMs) empresários. Por outro lado, no entanto, aumenta os juros, mesmo de contratos já firmados dentro do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), conforme antecipou o Broadcast (serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado) na segunda-feira, 12.

A intenção é ampliar o desembolso a esse grupo de empresas em R\$ 5,4 bilhões em um ano, contados a partir do início de 2017. Na prática, a medida enterra o PSI, uma marca do governo petista, que liberou dinheiro a custo baixíssimo, obrigando o Tesouro Nacional a, por vezes, complementar o orçamento do banco.

Entre as medidas está o refinanciamento de contratos que ainda têm parcelas em aberto, parte por inadimplência. Ao todo, o banco conta com R\$ 100 bilhões a receber de contratos passados. Desse total, R\$ 10 bilhões devem ser renegociados com MPMs, para que, em vez dos juros de 2,5% a 5,5% cobrados no passado, paguem TJLP de 7,5%. Em contrapartida, é oferecido o alongamento do pedaço do pagamento.

Com isso, o Tesouro não precisará mais fazer equalizações – repasse de créditos ao BNDES –, segundo o diretor de Operações Indiretas do banco, Ricardo Ramos. Para os agentes repassadores, o ganho é evitar a inadimplência por conta do alongamento do prazo e da alternativa dada ao cliente de ter a garantia de liberação do dinheiro sem a demora por atraso no pagamento.

Entre as facilidades oferecidas às empresas de menor porte está a extensão do limite de faturamento exigido para o enquadramento, de R\$ 90 milhões para R\$ 300 milhões; redução do processo de financiamento, de 30 para dois dias úteis; e liberação de até R\$ 70 milhões para capital de giro, com prazo de pagamento de cinco anos.

A liberação de dinheiro para capital de giro, inclusive para grandes empresas, será retomada pelo banco em sua nova política operacional, que deve ser anunciada em janeiro, segundo Ramos.

Ele diz que as mudanças são estratégicas e não conjunturais. Portanto, não estariam diretamente relacionadas à crise econômica. Mas a recessão e a velocidade com que a atividade vai se recuperar em 2017 podem afetar a meta de desembolso. "Se tudo o que fazemos hoje tivesse sido feito antes, 2016 teria sido melhor", afirmou.

Receita pode avaliar prazo maior para parcelamento de dívida de empresas

14/12/2016 – Tribuna PR

A Receita Federal considera avaliar o parcelamento do endividamento das companhias que enfrentam restrições financeiras e, sobretudo, a aplicação de prazo maior para parcelamento, mas descarta a criação de um novo Refis, programa de parcelamento e abatimento de dívidas de impostos de empresas.

“A receita poderia analisar uma forma diferente de parcelamento que esteja mais adequado ao seu faturamento, como um alongamento do prazo dentro do parcelamento ordinário, de 60 meses atualmente, já concedido para as empresas”, disse Fabio Ejchel, superintendente adjunto da Receita Federal ao Broadcast, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado.

Ejchel, que participou do evento em São Paulo, na Fiesp, para discutir o saneamento financeiro das empresas, acrescentou que seria necessário estudar o histórico de regularidade de cada contribuinte e que o parcelamento fosse acompanhado de uma segurança do cumprimento desse pagamento. Ele exemplificou que, atualmente, o parcelamento ordinário é descontado da conta bancária da empresa. “Não sabemos como seria essa segurança, mas é preciso que não se onere os demais contribuintes”, acrescentou.

Em sua apresentação, Ejchel disse que nos últimos 16 anos foram realizados 30 programas de parcelamentos especiais e o que criou foi uma cultura de que esse é um benefício trivial, favorecendo que boa parte das empresas o abandone após a obtenção da certidão negativa e na expectativa de um novo programa.

Fábio Pallaretti Calcini, diretor adjunto do jurídico do Ciesp, lembrou que o índice de exclusão dos programas de parcelamento estaduais instituídos de 2000 a 2009 é de 62% das empresas entre as companhias que aderiram aos programas. Só 38% continuam no programa até o final, notou Calcini.

Para ele, o que explica o elevado índice, excluindo da análise as companhias que têm conduta fraudulenta, é ausência de caixa das companhias, uma vez que fica responsável por recolher seu tributo e de seus clientes, além de ter de honrar o parcelamento.

“A empresa não faz isso de má-fé, muitas vezes simplesmente porque está sem caixa. Se seu cliente deixou de pagar a fatura ou esticou o prazo, naturalmente não terá caixa”, afirmou. Por isso, Calcini acredita que o parcelamento isoladamente não resolve a questão e defendeu um conjunto de soluções que passam pela opção de a empresa escolher parcelas fixas ou relacionadas ao seu faturamento.

Calcini sugeriu ainda a liberação dos bens penhorados e depósitos judiciais para fazer frente à movimentação de suas atividades, o uso do precatório próprio da empresa como moeda para pagamento do parcelamento, o pagamento de tributo com crédito de ICM e a não tributação de descontos concedidos para fornecedores, entre outras.

Programa de renovação de frota de ônibus urbano pode destravar demanda, diz setor

14/12/2016 – Tribuna PR

O Programa de Renovação da Frota do Transporte Público Coletivo Urbano, o Refrota 17, tem potencial para destravar a demanda reprimida deste segmento e contribuir para o resultado financeiro das montadoras, na avaliação da Associação Nacional dos Fabricantes de Ônibus (Fabus).

A meta do Refrota 17, apresentado nesta terça-feira (13) pelo governo federal, é financiar 10 mil ônibus, com investimento total de R\$ 3 bilhões. O dinheiro provém do Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana (Pró-Transporte), linha que usa recursos do FGTS.

A Fabus acredita que o impacto deve ser "extremamente positivo", já que os juros cobrados pela Caixa dentro do programa serão de 9% ao ano, menores do que o mercado disponibiliza habitualmente para pessoa jurídica. Mas a entidade pondera que ainda há variáveis a equacionar, como a questão da garantia que será exigida das empresas tomadoras de crédito pela instituição financeira.

A ideia da Fabus é que a Caixa aceite como garantia os recursos provenientes do Vale-Transporte que são recolhidos pelas entidades de classe municipais todos os meses e, posteriormente, repassados às concessionárias ou permissionárias do transporte público coletivo urbano. O setor quer que a Caixa aceite esta massa de dinheiro que fica de posse das associações de transporte de passageiros como garantia. O assunto está em discussão.

A velocidade de comercialização destes 10 mil ônibus que o programa se propõe a financiar vai depender do quanto as diferentes partes vão demorar para acertar os detalhes. A Fabus afirma que o segmento de ônibus urbanos, até 2012 e 2013, fechava o ano com aproximadamente 17 mil unidades comercializadas. Em 2016, conforme a entidade, o número não deve passar de 6.500.

Procurada, a Marcopolo informou que a medida proposta pelo governo federal "é muito importante para a indústria brasileira de ônibus e pode representar um grande alívio para o segmento".

Temer: proposta para a Previdência é a que achamos útil para o País

14/12/2016 – Tribuna PR

Sem mencionar as dificuldades que o governo enfrenta na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), já que há um movimento de obstrução à votação da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma da Previdência, o presidente Michel Temer afirmou nesta terça-feira, 13, que a proposta apresentada pelo Executivo é a que o governo considera útil, mas que o Congresso vai balizar o texto como julgar necessário.

"O palco para essa discussão como convém à democracia é o Congresso Nacional. É lá que eles vão receber as propostas e seremos obedientes naquilo que o Congresso deliberar", disse, destacando que a matéria não passará mais pelo executivo.

Temer disse ainda que é uma "obviedade" dizer que a reforma da Previdência precisa ser feita e diz que ao ter "coragem" para tocar a pauta o governo está "pensando nas gerações futuras". "Não podemos ficar como aconteceu na Grécia que as pessoas batem às portas do Poder Público e não encontram dinheiro", disse. "Por isso que estamos nos apressando em regulamentar a Previdência Social."

Segundo o presidente, sem a coragem para mexer nos gastos públicos e na Previdência, ele "poderia deixar para os outros, em 2018, cuidar de um País todo atrapalhado", mas que não faz isso "por amor" à nação.

Ele repetiu que o Brasil precisa sair da recessão, "sequencialmente conseguir crescimento e combater o desemprego". Apenas ao final do discurso Temer destacou o evento em si, de lançamento do Programa de Renovação da Frota de Ônibus do Sistema de Transporte Público do Brasil, o Refrota 17.

“São R\$ 3 bilhões para o programa e isso vai movimentar a economia e gerar emprego, além de modernizar a frota.”

Agenda

O presidente está em busca de agendas positivas e quer mostrar que o governo está trabalhando, mesmo após o envolvimento da cúpula do poder nas delações da Odebrecht. No evento preparado hoje no Salão Leste do Planalto, o espaço reservado tinha cadeiras para 42 pessoas e mesmo assim não estava lotado.

Presente na cerimônia, o ministro das Cidades, Bruno Araújo, anunciou que a meta do Refrota 17 é financiar 10 mil ônibus, com investimento total de R\$ 3 bilhões do Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana (Pró-Transporte). O programa financiará projetos com recursos do FGTS. Em seu discurso, o ministro destacou que está atendendo a uma recomendação do presidente neste “momento de crise profunda” e que o País “procura de forma unida” sair dessa situação com ações que gerem emprego.

Segundo a Associação Nacional de Transportes Urbanos, a frota nacional de ônibus do sistema coletivo soma 107 mil unidades, de mais de 1.800 empresas, para transportar 30 milhões de passageiros. O Ministério das Cidades destacou que o segmento gera 537 mil empregos diretos.

Medidas para o crescimento

Temer disse no mesmo evento que o governo vai anunciar “neste final de ano” medidas que visam dinamizar a economia. “Talvez na quinta-feira venhamos a anunciar novas medidas, várias medidas, para obter precisamente o desenvolvimento e o crescimento da nossa economia”, disse, durante cerimônia no Palácio do Planalto.

Conforme antecipou ontem o Broadcast Político, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado, Temer agendou para a quinta-feira uma reunião com os ministros da Fazenda, Henrique Meirelles, e do Planejamento, Dyogo Oliveira, para acertar os detalhes da “cesta de Natal” que será lançada. Também devem participar do encontro representantes da Receita, do Tesouro Nacional e da Casa Civil.

Temer disse ainda que o governo não “falhou” naquilo que disse no passado, que “primeiro era preciso combater a recessão e depois, logo em seguida, iniciar o crescimento”. “Crescimento que se dará mais adiante, muito acentuadamente, pela confiança e credibilidade nas medidas, digamos, antirrecessivas que estão sendo tomadas neste momento”.

Segundo Temer, a confiança também será gerada com programas como o anunciado na cerimônia – a Renovação da Frota de Ônibus do Sistema de Transporte Público do Brasil, o Refrota 17, que terá R\$ 3 bilhões do Pró-Transporte. O programa financiará projetos com recursos do FGTS.

Temer citou ainda o programa do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciado hoje que prevê R\$ 5 bilhões para micro e pequenas empresas como mais um estímulo à economia. O banco lançou um pacote de medidas que facilita o financiamento, no entanto, aumenta os juros, mesmo de contratos já firmados dentro do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), conforme antecipou o Broadcast ontem.

Pessimismo atinge mercado e algumas projeções já apontam retração do PIB em 2017

14/12/2016 – Tribuna PR

A proximidade de 2017 traz um sentimento de “*déjà vu*” (já visto) a uma parcela do mercado financeiro: o próximo ano pode ser tão ruim para a economia quanto 2016.

Esta percepção ganhou corpo nas últimas semanas, após a Lava Jato voltar a ameaçar a sustentação política do governo Michel Temer e a atividade dar mostras de que segue em retração. O resultado é que já há quem estime queda do Produto Interno Bruto (PIB) de quase 1% em 2017.

No último boletim de mercado Focus, publicado na segunda-feira, 12, a projeção mediana do PIB para 2017 indica crescimento de apenas 0,70% no próximo ano. A estimativa já é 0,68 ponto porcentual inferior ao 1,38% de crescimento da economia calculado em meados de setembro, no auge da euforia com o novo governo. É como se, em três meses, cerca de R\$ 45 bilhões tivessem evaporado do PIB previsto para 2017.

Algumas casas são mais pessimistas ainda. A abertura dos dados do Focus mostra que há quem projete recuo de 0,95% da economia no próximo ano. Se isso se confirmar, serão três anos seguidos de recessão.

“Para 2017, estamos com projeção de queda de 0,2% do PIB. Antes, projetávamos alta de 1,0%”, afirma o economista Bruno Lavieri, da 4E Consultoria. Segundo ele, a percepção piorou nas últimas semanas, após a divulgação do PIB do terceiro trimestre, quando houve retração de 0,8% da economia ante os três meses anteriores.

“Foi muito negativo, e a gente ainda tinha expectativa de que neste segundo semestre a economia fosse bater no fundo do poço e voltar a crescer, mesmo que lentamente”, diz Lavieri. “O número foi um balde de água fria.”

O principal fator para a piora das expectativas, de acordo com Lavieri, é o cenário político, que trava investimentos em vários setores. “É difícil você pensar em alguém querendo expandir capacidade, fazer grandes investimentos, em um País em que você não sabe quem será o presidente até 2018”, diz o economista. “Ninguém quer se comprometer.”

A Tendências Consultoria Integrada também enxerga um quadro difícil em função da política. “Mudamos recentemente a expectativa do ano que vem de avanço de 1,5% do PIB para alta de 0,7%. E mesmo este cenário é desafiador”, afirma o economista Silvio Campos Neto. “Não será fácil obter um crescimento deste nas condições atuais.”

Campos Neto afirma que a Operação Lava Jato e seus efeitos sobre a política brasileira nunca saíram do cenário como um fator de risco. “Porque cedo ou tarde, poderia realmente aparecer uma delação citando pessoas influentes do governo. Isso só complica um cenário que já era difícil”, diz, em referência às informações mais recentes, publicadas na imprensa, sobre delações que envolvem parlamentares, ministros e o próprio presidente Michel Temer.

Para Campos Neto, neste ambiente de indefinição, os governos, as famílias e as empresas não têm motivos para tomar decisões de consumo ou de investimento. “O risco, na verdade, é que nos próximos meses as projeções para a economia piorem”, alerta.

Mais otimista, a MCM Consultores Associados projeta um crescimento do PIB pouco abaixo de 1% em 2017 – portanto, mais próximo da estimativa do Ministério da Fazenda. “Nós reconhecemos que o ambiente político ganhou um nível de ruído mais elevado nas últimas semanas. Mas, por outro lado, também temos avanços nas reformas. Hoje mesmo o Senado completou a votação da PEC do teto”, citou o economista Mauro Schneider, da MCM.

“Mesmo que o crescimento de 2017 seja mais fraco, mais próximo de 0,50% do que de 1%, não dá para chamar isso de ‘ano perdido’”, defende Schneider. “O ano será perdido se não tivermos qualquer crescimento, em nenhum trimestre. Mas não é o que esperamos.”

Reações

Para acelerar a recuperação da atividade e reduzir o foco sobre a Operação Lava Jato, o Ministério da Fazenda prepara-se para lançar, nos próximos dias, um pacote econômico. Entre as medidas estudadas estão o alongamento da dívida de empresas com o BNDES e o lançamento do Programa de Sustentação do Emprego (PSE).

Já o Banco Central planeja anunciar esta semana medidas voltadas para a redução do custo de crédito. A instituição, no entanto, diz que as mudanças serão estruturais e não estarão voltadas para o curto prazo.

Ao mesmo tempo, o BC tem passado indicações de que, em janeiro, em função da fraqueza da atividade, que segura a inflação, deve acelerar o ritmo de cortes da Selic (a taxa básica de juros), hoje em 13,75% ao ano.

Para analistas, crise política ameaça reforma da Previdência

14/12/2016 – Tribuna PR

Economistas que acompanham o ajuste fiscal consideraram um importante avanço a aprovação da proposta de emenda à Constituição que cria um limite para os gastos, a chamada PEC do Teto. No entanto, agora há uma grande apreensão em relação à capacidade de o governo e de o próprio Congresso darem o próximo passo: aprovar a reforma da Previdência.

A avaliação é que a nova onda de delações dentro da Operação Lava Jato, protagonizada pelos executivos da Odebrecht, tende a enfraquecer a base aliada, contaminar a discussão sobre a Previdência, desidratando ou até mesmo impedindo a reforma.

A mensagem central da aprovação da PEC é que o governo conseguiu dar um passo à frente. “Depois de todo o retrocesso que a gente observou com a chamada contabilidade criativa, sobretudo com as pedaladas fiscais, agora há uma luz no fim do túnel”, diz Felipe Salto, diretor executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI). Salto destaca que o teto tem um grande mérito: “Coloca o reequilíbrio das contas públicas no topo da agenda econômica.”

Mas tanto Salto como os demais economistas lembram que a proposta é rígida, mas “não para de pé” sem a reforma da Previdência. Os gastos previdenciários crescem, em média, 4% acima da inflação todos os anos. Ou seja, se não forem controlados, vão explodir as contas públicas – a maior parte do Orçamento irá para a Previdência.

Risco

Apresentada também como PEC, a reforma da Previdência já está tramitando. As medidas por si só são consideradas polêmicas e tendem a enfrentar resistência da população. Agora, porém, observam os economistas, há outro elemento que vai pesar contra: o acirramento da crise política depois do vazamento da primeira das 77 delações da Odebrecht, grupo investigado na Lava Jato.

“A gente pode defender a reforma da Previdência com unhas e dentes, mas o fato é que ela já está contaminada pelo agravamento da crise política”, diz Mônica de Bolle, pesquisadora do Instituto Peterson de Economia Internacional.

Ela conta ter passado o final de semana lendo a delação que vazou. “Por mais que o pessoal tente desclassificá-la, ela narra, com detalhes, como funcionou o balcão de negócios dentro do Senado e compromete o círculo político do presidente. Vai ter efeitos”, diz Mônica. Para ela, os oito votos a menos que a PEC do Teto recebeu entre a segunda e a primeira votação no Senado são o indício disso.

O economista Nelson Marconi, professor da Fundação Getúlio Vargas, concorda: "Você já não sabe o que vai acontecer no ano que vem, nem com o governo, nem com a reforma", diz ele. Marconi é a favor do corte de gastos, mas sempre foi contrário à PEC do Teto.

"Considero a proposta inviável porque, nos vários cálculos que fiz, impõe um aperto muito grande: mesmo com a reformada Previdência não vai durar nem dez anos", diz ele. O cenário sem a reforma, para ele, é pior: "Será o caos se, por causa da crise política, ainda por cima, não aprovarem a reforma da Previdência."

Senado aprova reforma da Lei de Licitações

14/12/2016 – Tribuna PR

O Senado aprovou na noite desta terça-feira, 13, o segundo turno do projeto de reforma da Lei de Licitações. Com a aprovação o texto segue para análise da Câmara. Durante as discussões no plenário, o relator da proposta, senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), informou que foram acatadas novas emendas (sugestões de mudanças ao texto), após a votação do primeiro turno da proposta, realizada no último dia 8 de dezembro.

"Essas emendas, entre muitos outros aprimoramentos, permitiram resgatar pontos relevantes da legislação atual, como a promoção dos direitos de deficientes. Permitiram reforçar a necessidade de concurso e uso de critérios técnicos para aquisição de projetos, permitiram enfatizar a necessidade de órgãos de controle agirem de forma ágil para não atrasar a ação administrativa", afirmou o senador, em plenário.

Entre as emendas acatadas estão duas do senador José Pimentel (PT-CE). Entre elas a que estabelece que nos processos de licitação poderá ser estabelecida margem de preferência para produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.

Também terão preferência os bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

O relator também aceitou a emenda do senador o Jorge Viana (PT-AC) que estabelece o "concurso" como modalidade de licitação. "Acreditamos que é essencial para o desenvolvimento da cultura e técnica arquitetura do Brasil que o gestor público possa ter a opção de licitar seu projeto na forma de concurso público de arquitetura e, portanto, solicitamos a manutenção dessa modalidade de licitação", defendeu o petista.

Outra sugestão apresentada pelo senador Antônio Anastasia (PSDB-MG) também foi inserida no texto final. De acordo com a emenda, o Tribunal de Contas somente pode suspender cautelarmente um processo licitatório uma vez e pelo prazo improrrogável de 30 dias, definindo objetivamente as causas da ordem de suspensão.

"O tema da suspensão de licitação em razão da adoção de medida cautelar por tribunais de contas tem gerado considerável de polêmica, merecendo atenção e regramento. Este é o objetivo desta emenda", justificou o tucano.

A reforma da Lei de Licitações concluída na noite de hoje pelo Senado também prevê inovações como a inversão de fases em licitações e a criação de seguros que garantam a realização da obra em caso de problemas com as construtoras.

O texto já havia sido aprovado no mês passado na Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional (CEDN), a chamada Agenda Brasil do Senado. A proposta fixa ainda novas regras para licitações e contratos na administração pública. Entre as modificações, destacam-se a inversão de fases e a contratação do seguro, que poderá garantir a conclusão de uma obra pública, em caso de dificuldades enfrentadas pela empresa contratada.

Outra medida prevista no projeto é a reformulação do conceito e dos limites de aplicação da contratação integrada, que agora somente poderá ser adotada para a contratação de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto. O texto ainda trata da responsabilização solidária da empresa ou prestador de serviços pelo dano causado ao erário na contratação direta indevida, por dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Pacote para reativar a economia será anunciado na quinta-feira

14/12/2016 – Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, não quis adiantar o anúncio das medidas microeconômicas que o governo Michel Temer lançará na próxima quinta-feira (15), mas confirmou as linhas gerais do pacote, que deve trazer ações de desburocratização, facilitação de negócios e de acesso ao crédito.

“Não gosto de comentar medidas em meio a processo de discussão. As medidas devem ser anunciadas quando decididas, ao invés de alimentarmos especulações”, afirmou. “Hoje (terça-feira, 13) e amanhã definiremos junto com o presidente Temer quais medidas serão implementadas. As medidas não estão ainda decididas, portanto, não irei preanunciá-las antes de quinta-feira”, completou.

Ainda assim, Meirelles avaliou que as medidas em estudo podem possibilitar o crescimento da economia no médio e longo prazos. “Em linhas gerais, são medidas de desburocratização e aumento da produtividade, com facilitação de crédito sem envolver subsídios e recursos públicos”, adiantou. “São medidas para que a economia produza mais com o mesmo aporte de capital e trabalho, com ações que afetam diretamente a vida das empresas e das pessoas”, acrescentou.

O ministro contou que as medidas começaram a ser estudadas há alguns meses, e negou que o pacote seja “reativo” e de curto prazo. “Me reuni com a diretoria do Banco Mundial em setembro e analisamos medidas de produtividade e facilitação de negócios do Brasil e de outros países. Estava previsto que as medidas seriam anunciadas após a aprovação da PEC (do limite para o crescimento dos gastos)”, concluiu.

Produção de motos cai 1,7% em novembro e acumula queda de 29,5%, diz Abraciclo

14/12/2016 – Tribuna PR

A produção de motos no Brasil caiu 1,7% em novembro ante outubro, para 70.320 unidades, informou nesta terça-feira, 13, a Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo). Na comparação com novembro do ano passado, a queda é de 6,2%.

Com os resultados, o segmento acumula, de janeiro a novembro, a produção de 854.839 motocicletas, retração de 29,5% em relação a volume alcançado em igual intervalo de 2015. A expectativa da Abraciclo é que o ano termine com a fabricação de 890 mil unidades, o que representa recuo de 29% ante o número de 1,26 milhão de motocicletas produzidas no ano passado.

“A produção de motocicletas em 2016 voltou a níveis de 2002, demandando ajustes na estrutura de toda a cadeia produtiva, fornecedores, fabricantes e concessionárias”,

disse o presidente da associação, Marcos Fermanian. Para 2017, a previsão da Abraciclo é de que a produção suba 2,2% em relação a este ano, para 910 mil unidades.

Vendas

Apesar da queda na produção em novembro ante outubro, as vendas nas concessionárias subiram 10,5% nesta comparação, com 69.122 emplacamentos registrados. A melhora, no entanto, não foi suficiente para reverter a baixa de 26,7% que se acumula nas vendas de janeiro a novembro, para 1,116 milhão de unidades.

“Assim como ocorreu com a maioria dos setores econômicos, as incertezas do mercado e da política impactaram negativamente no desempenho dos negócios. O poder de compra do consumidor continua sendo corroído pela inflação, assim como sua confiança parece permanecer abalada diante da falta de expectativas positivas”, comentou Fermanian. A projeção para o ano que vem é de uma nova retração no varejo, de 1,1%.

No atacado, as vendas de motocicletas ficaram praticamente estáveis em novembro ante outubro, com 59.136 unidades, mas caíram 16,2% sobre o volume de novembro do ano passado. De janeiro a novembro, no entanto, as vendas acumulam queda de 28,5%, para 801.563 unidades.

Exportações

As exportações, por sua vez, apresentaram resultado abaixo do esperado pela associação em novembro. As vendas para o exterior somaram 3.957 unidades no penúltimo mês do ano, retração de 19,4% ante o nível de outubro. No acumulado do ano, a baixa é de 16,7%, com 52.620 embarques registrados.

A previsão é terminar 2016 com a exportação de 56 mil motos, queda de 19% ante 2015. Para o ano que vem, a expectativa é avançar 66,1% em relação a 2016, para 93 mil unidades.

Aneel aprova reajuste de 11,41% nas tarifas de Itaipu

14/12/2016 – Tribuna PR

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou nesta terça-feira, 13, um reajuste de 11,41% nas tarifas da usina de Itaipu. A partir de 1º de janeiro de 2017, o valor da energia da hidrelétrica passa a ser de US\$ 28,73/kW (dólares por quilowatt-mês), ante US\$ 25,78/kW neste ano.

A tarifa da usina é fixada em dólar por quilowatt de potência mensal contratada, mas as faturas são pagas em reais. O câmbio utilizado para a conversão corresponde à taxa média de venda, calculada no dia útil anterior ao pagamento da fatura, pelo Banco Central.

O principal motivo do aumento do custo da energia da usina está relacionado à transferência de uma conta que era bancada pelo Tesouro Nacional para a conta de luz. Trata-se do acordo firmado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o então presidente do Paraguai, Fernando Lugo, que triplicou o valor da energia que o Brasil compra da país vizinho, em 2009.

O Tratado de Itaipu estabelece que a energia da usina é dividida igualmente entre Brasil e Paraguai. Como não consome toda a eletricidade a que tem direito, o Paraguai vende o excedente para o Brasil. O aumento do valor dessa energia era uma das principais promessas de campanha de Lugo.

Na época, ficou acertado que esse gasto seria bancado pelo Tesouro Nacional. Mas o governo mudou de ideia neste ano, quando editou na Medida Provisória 735, e repassou esse custo para as contas de luz dos consumidores.

Como a energia de Itaipu é consumida apenas pelas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, esse impacto será sentido apenas por esses clientes. Esse aumento será repassado na data do reajuste de cada distribuidora.

O reajuste autorizado pela Aneel, de 11,41%, inclui dois anos de consumo dessa energia. Neste ano, o Brasil ainda não pagou o valor devido ao Paraguai. Por isso, em 2017, será preciso arrecadar recursos para este ano, de cerca de R\$ 946 milhões, e para o ano que vem, que deve girar em torno de R\$ 900 milhões também. Ao todo, a conta deve somar R\$ 1,8 bilhão.

Aneel define novo limite para preço da energia no mercado de curto prazo em 2017

14/12/2016 – Tribuna PR

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) definiu os novos limites para o preço da energia no mercado de curto prazo (PLD) em 2017. O novo valor máximo do PLD será de R\$ 533,82 por megawatt-hora (MWh), e o piso será de R\$ 33,68 por MWh.

O piso é calculado com base no custo de operação e manutenção das hidrelétricas antigas, que tiveram sua concessão renovada. Já o teto usa como referência o custo da termelétrica Mario Lago. A usina pertence à Petrobras e é movida a gás natural.

Ao longo de 2016, o limite mínimo do PLD foi de R\$ 30,25 por MWh, e o máximo foi de R\$ 422,56 por MWh.

O PLD é divulgado semanalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e é usado como base para o sistema de bandeiras tarifárias, que incide sobre a conta de luz.

Atualmente, a bandeira verde vigora quando o PLD fica abaixo de R\$ 211,28 – metade do teto fixado pela Aneel. Quando o PLD supera esse valor, mas fica abaixo do teto estabelecido, de R\$ 422,56, é acionada a bandeira amarela, que adiciona R\$ 1,50 a cada 100 quilowatt-hora consumidos (kWh).

Quando as térmicas acionadas superam o valor do teto do PLD, vale a bandeira vermelha. Se esse custo ficar entre R\$ 422,56 e R\$ 610,00, a cobrança adicional é de R\$ 3,00 a cada 100 kWh. Se ficar acima de R\$ 610,00 por MWh, a taxa é de R\$ 4,50 a cada 100 kWh.

Geração de energia eólica no País cresce 52,7% de janeiro a outubro, diz CCEE

14/12/2016 – Tribuna PR

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) informou que a geração de energia eólica no Sistema Interligado Nacional (SIN) cresceu 52,7% de janeiro a outubro de 2016 ante o mesmo período do ano passado, de 2.343 MW médios para 3.577 MW médios.

A geração total das usinas do SIN, por sua vez, alcançou 61.517 MW médios entre janeiro e outubro de 2016, montante 0,4% superior ao registrado no mesmo período do ano passado, quando foram produzidos 61.258 MW médios, segundo o boletim InfoMercado mensal da CCEE.

A fonte hidráulica, que engloba usinas hidrelétricas de pequeno e grande porte, também teve incremento na produção e registrou 45.535 MW médios, volume de energia 7% superior ao registrado em 2015, quando as usinas desse tipo de fonte geraram 42.559 MW médios.

Já a geração térmica (12.404 MW médios) teve um desempenho 24,1% inferior ao alcançado no ano passado, quando as usinas dessa modalidade geraram 16.334 MW médios.

Eólica por Estado

Na geração eólica por Estado, os dados consolidados da CCEE indicam que o Rio Grande do Norte permanece como maior produtor do País, com 1.580 MW médios em outubro, aumento de 49,5% em relação ao mesmo período do ano passado. Em seguida, aparece o Ceará, com 922 MW médios (23,2%) produzidos, a Bahia, com 824 MW médios (52,9%), e o Rio Grande do Sul, que alcançou 760 MW médios (33,1%) no mês de outubro.

Pessimismo atinge mercado e algumas projeções já apontam retração do PIB em 2017

14/12/2016 – Tribuna PR

A proximidade de 2017 traz um sentimento de “*déjà vu*” (já visto) a uma parcela do mercado financeiro: o próximo ano pode ser tão ruim para a economia quanto 2016. Esta percepção ganhou corpo nas últimas semanas, após a Lava Jato voltar a ameaçar a sustentação política do governo Michel Temer e a atividade dar mostras de que segue em retração. O resultado é que já há quem estime queda do Produto Interno Bruto (PIB) de quase 1% em 2017.

No último boletim de mercado Focus, publicado na segunda-feira, 12, a projeção mediana do PIB para 2017 indica crescimento de apenas 0,70% no próximo ano. A estimativa já é 0,68 ponto porcentual inferior ao 1,38% de crescimento da economia calculado em meados de setembro, no auge da euforia com o novo governo. É como se, em três meses, cerca de R\$ 45 bilhões tivessem evaporado do PIB previsto para 2017.

Algumas casas são mais pessimistas ainda. A abertura dos dados do Focus mostra que há quem projete recuo de 0,95% da economia no próximo ano. Se isso se confirmar, serão três anos seguidos de recessão.

“Para 2017, estamos com projeção de queda de 0,2% do PIB. Antes, projetávamos alta de 1,0%”, afirma o economista Bruno Lavieri, da 4E Consultoria. Segundo ele, a percepção piorou nas últimas semanas, após a divulgação do PIB do terceiro trimestre, quando houve retração de 0,8% da economia ante os três meses anteriores. “Foi muito negativo, e a gente ainda tinha expectativa de que neste segundo semestre a economia fosse bater no fundo do poço e voltar a crescer, mesmo que lentamente”, diz Lavieri. “O número foi um balde de água fria.”

O principal fator para a piora das expectativas, de acordo com Lavieri, é o cenário político, que trava investimentos em vários setores. “É difícil você pensar em alguém querendo expandir capacidade, fazer grandes investimentos, em um País em que você não sabe quem será o presidente até 2018”, diz o economista. “Ninguém quer se comprometer.”

A Tendências Consultoria Integrada também enxerga um quadro difícil em função da política. “Mudamos recentemente a expectativa do ano que vem de avanço de 1,5% do PIB para alta de 0,7%. E mesmo este cenário é desafiador”, afirma o economista Silvio Campos Neto. “Não será fácil obter um crescimento deste nas condições atuais.”

Campos Neto afirma que a Operação Lava Jato e seus efeitos sobre a política brasileira nunca saíram do cenário como um fator de risco. "Porque cedo ou tarde, poderia realmente aparecer uma delação citando pessoas influentes do governo. Isso só complica um cenário que já era difícil", diz, em referência às informações mais recentes, publicadas na imprensa, sobre delações que envolvem parlamentares, ministros e o próprio presidente Michel Temer.

Para Campos Neto, neste ambiente de indefinição, os governos, as famílias e as empresas não têm motivos para tomar decisões de consumo ou de investimento. "O risco, na verdade, é que nos próximos meses as projeções para a economia piorem", alerta.

Mais otimista, a MCM Consultores Associados projeta um crescimento do PIB pouco abaixo de 1% em 2017 – portanto, mais próximo da estimativa do Ministério da Fazenda.

"Nós reconhecemos que o ambiente político ganhou um nível de ruído mais elevado nas últimas semanas. Mas, por outro lado, também temos avanços nas reformas. Hoje mesmo o Senado completou a votação da PEC do teto", citou o economista Mauro Schneider, da MCM.

"Mesmo que o crescimento de 2017 seja mais fraco, mais próximo de 0,50% do que de 1%, não dá para chamar isso de 'ano perdido'", defende Schneider. "O ano será perdido se não tivermos qualquer crescimento, em nenhum trimestre. Mas não é o que esperamos."

Reações

Para acelerar a recuperação da atividade e reduzir o foco sobre a Operação Lava Jato, o Ministério da Fazenda prepara-se para lançar, nos próximos dias, um pacote econômico. Entre as medidas estudadas estão o alongamento da dívida de empresas com o BNDES e o lançamento do Programa de Sustentação do Emprego (PSE).

Já o Banco Central planeja anunciar esta semana medidas voltadas para a redução do custo de crédito. A instituição, no entanto, diz que as mudanças serão estruturais e não estarão voltadas para o curto prazo.

Ao mesmo tempo, o BC tem passado indicações de que, em janeiro, em função da fraqueza da atividade, que segura a inflação, deve acelerar o ritmo de cortes da Selic (a taxa básica de juros), hoje em 13,75% ao ano.

As 10 cidades do Paraná que mais demitiram em 2016

14/12/2016 – Gazeta do Povo

Ao todo, o estado fechou 21.571 postos de trabalho de janeiro a novembro, descontadas as contratações



Curitiba foi a cidade que mais perdeu empregos de janeiro a novembro deste ano no Paraná, com o saldo negativo de 13.606 vagas, conforme dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). As demissões descontadas as contratações

na capital representam 63% do saldo total do Paraná, que ficou negativo em 21.571 postos de trabalho no período.

Atrás dela aparece o município de Ortigueira, na região central do estado, com o fechamento de 4.588 vagas de emprego. A cidade é sede da nova fábrica de celulose da Klabin, que terminou de ser construída em março deste ano, após empregar no período de pico 12,5 mil pessoas.

Os demais municípios que mais fecharam postos de trabalho neste ano no estado são, em sua maioria, por cidades de médio e grande porte. Dos 399 municípios paranaenses, 149 tiveram saldo negativo na geração de emprego nos 11 meses do ano.

Confira a lista dos 10 municípios que mais demitiram no estado:

1. - Curitiba: -13.606 vagas
2. - Ortigueira: -4.588 vagas
3. - Londrina: -2.459 vagas
4. - Cascavel: -2.072 vagas
5. - Umuarama: -1.721 vagas
6. - São José dos Pinhais: -1.604 vagas
7. - Pinhais: -1.545 vagas
8. - Guarapuava: -1.321 vagas
9. - Maringá: -1.076 vagas
- 10.- Rondon: - 832 vagas

Base de Temer tenta aprovar terceirização sem aval do Senado

14/12/2016 – Bem Paraná

Com a indicação do Senado de que não pretende votar tão cedo o projeto que regulamenta as terceirizações no país, a base de apoio a Michel Temer na Câmara quer colocar a medida em vigor mesmo sem aval atualizado dos senadores.

A manobra é retomar um outro projeto sobre o tema, de 18 anos atrás -apresentado no primeiro mandato do tucano Fernando Henrique Cardoso-, já aprovado na Câmara e no Senado, mas pendente de nova e última votação pelos deputados federais.

Esse projeto foi aprovado no Senado em 2002, há 14 anos, e desde então está engavetado na Câmara. A base de Temer na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara retomou a análise dessa proposta nesta terça-feira (13). A sessão, porém, foi encerrada antes da discussão da medida.

A última proposta de terceirização analisada pela Câmara é a de 2015. Em linhas gerais ela permite às empresas terceirizar toda a sua produção, incluindo a chamada "atividade-fim". Por exemplo, metalúrgicos em uma fábrica de veículos, enfermeiros em hospitais e um caixa em um banco.

Hoje a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho impede a terceirização de atividades-fim, permitindo contratações de terceirizados apenas para as atividades-meio (um analista de sistema em uma fábrica de carros, por exemplo).

O projeto de 18 anos atrás, retomado nesta terça pela Câmara, contempla esse ponto e vai além em relação ao que os deputados aprovaram no ano passado -estabelece que as empresas terão responsabilidade apenas subsidiária, e não solidária, em eventuais débitos trabalhistas e previdenciários dos funcionários da terceirizadora.

Ou seja: pelo projeto de 2015 dos deputados, o funcionário terceirizado poderá cobrar na Justiça da terceirizadora e da empresa que a contratou (ambas responde solidariamente) eventuais débitos trabalhistas e previdenciários.

Pelo projeto analisado nesta terça, o funcionário terá primeiro que cobrar da terceirizadora. Somente esgotado essa etapa e caso não receba os débitos, poderá acionar a empresa-mãe.

"Eventual diferenciação entre atividade-fim e atividade-meio mostra-se um empecilho, pois as empresas da atualidade trabalham em redes de produção e, por isso, precisam contratar de tudo. O importante é que contratem de forma correta", escreveu em parecer apresentado à CCJ da Câmara o atual relator da proposta, Laércio Oliveira (PR-SE). "Essa proposta remete o país ao século 19, anterior aos direitos trabalhistas e previdenciários", protestou o deputado Patrus Ananias (PT-MG).

Desemprego eleva abertura de novas empresas nos últimos 6 anos, diz Serasa

14/12/2016 – Bem Paraná

O número de empresas abertas entre janeiro e setembro deste ano aumentou 1,3%, somando 1.542.967 de novas companhias. Foi a maior quantidade já registrada desde 2010, segundo o Indicador Serasa Experian de Nascimento de Empresas. Apesar de ter atingido um recorde no período, em setembro último comparado a igual mês do ano passado, houve retração de 6% com o surgimento de 162,9 mil empresas.

Na avaliação dos economistas da Serasa Experian, o crescimento do desemprego é que está estimulando o empreendedorismo. "Pessoas que perderam seus empregos estão abrindo novas empresas visando alguma renda dadas as dificuldades econômicas atuais", diz a nota técnica da Serasa.

A maior parte dos registros (79,1%) são de Microempreendedores Individuais (MEIs) que, em 2010, representavam menos da metade (45,9%). Segundo a pesquisa, a crescente formalização dos negócios no Brasil é responsável pelo aumento constante dos MEIs. Nos nove primeiros meses deste ano, este gênero cresceu 5,3%, atingindo 1.159.388 novas ações.

Em relação às Sociedades Limitadas, foram criadas 133.340 unidades, 12,9% abaixo do mesmo período do ano passado. Também diminuiu em 22,1% o surgimento de Empresas Individuais em um total de 101.498 novos negócios. Já as novas empresas de outras naturezas cresceram 9,1% (87.600).

Entre os segmentos que mais cresce está o de prestação de serviços com uma participação de 62,9% e um total acumulado até setembro de 970.664 novas empresas. Neste setor, segundo a Serasa, o crescimento tem sido constante desde 2010 quando era 53% do total de empresas criadas.

O segundo maior interesse em empreender é no ramo comercial (439.487 empresas e 28,5% do total). Neste caso, caiu a participação em comparação a 2010 (35,6%). Em terceiro lugar na lista de atratividade para empreender aparece a área industrial (128.474 empresas e 8,3% do total).

Empresas por região

O maior número de empresas abertas foi verificado na região Sudeste (798.054), onde se concentram mais da metade dos novos empreendimentos (51,7%). Em seguida, aparece o Sul do país (257.784) com taxa de participação em 16,7%; o Nordeste (257.515 empresas e a mesma taxa do Sul, 16,7%); o Centro-Oeste (134.962 empresas e taxa de 8,7%) e o Norte (73.594 novas empresas e taxa de 4,8%).

Mas foi no Sul do país que houve mais crescimento entre janeiro e setembro com alta de 2,4%, seguido do Sudeste (2,2%). Nas outras regiões, ocorreram quedas: Nordeste (-6,0%), Norte (-3,9%) e Centro-Oeste (-3,5%).

O estado de São Paulo registrou o maior número de empresas abertas (435.461), o correspondente a 28,2% dos novos empreendimentos. Em Minas Gerais surgiram 169.815 empresas (11,% do total) e no Rio de Janeiro (166.880 e 10,8% do total).

Artigo: O STF garantiu a estabilidade institucional

14/12/2016 – Folha de S. Paulo



O "annus luctus" de 2016 termina no pranto angustiado de uma histeria coletiva cuja energia dissipa-se na violência. Os limites factuais das "notícias" são extrapolados por análises frívolas que sempre terminam com um "sem dúvida nenhuma"... Como não têm dúvidas, sugerem tenebrosos complôs imaginários.

É impossível negar, por exemplo, que a disputa entre uma liminar idiossincrática de um membro do Supremo Tribunal Federal (STF) e o presidente do Senado, Renan Calheiros, envolveu exageros de ambas as partes, tanto quanto é impossível deduzir, superficialmente, que a ordem estabelecida pelo pleno foi produto de um "acordão" e, portanto, à custa de seus próprios princípios.

O voto que abriu a divergência e que, afinal, foi vencedor, é de uma clareza lógica meridiana: uma condição necessária para a sua recepção não estava satisfeita. O plenário corrigiu, ao mesmo tempo, um evidente abuso de autoridade do agente ativo e condenou o comportamento inadmissível do agente passivo, que vai responder por ele ao Ministério Público.

O Supremo Tribunal Federal mostrou o que é e o que deve ser: o guardião de nossas liberdades e o promotor da estabilidade institucional. Não foi por menos que a Constituição Federal de 1988 o sacralizou! Para que possa resistir "à voz das ruas" quando esta, em estado histérico, pede "vingança" em substituição à "justiça".

Aproveitemos o que resta do mandato presidencial de 2015-18 e ajudemos o governo que vai completá-lo na árdua tarefa de restabelecer a expectativa de que teremos relativo equilíbrio fiscal num horizonte visível.

Essa é a condição necessária, ainda que não suficiente, para o sucesso da missão não só do governo de Michel Temer, mas, também, do poder incumbente que elegeremos diretamente em 2018.

Os avanços das "reformas" propostas ao Congresso Nacional têm sido maiores do que se esperava e tudo indica que vão prosseguir, porque, a pouco e pouco, a sociedade toma consciência da trágica situação em que foi metida pela política voluntarista anterior.

Para 2017 preparam-se, em paralelo, medidas microeconômicas que atacarão os fatores inibidores do aumento da produtividade do trabalho e estimularão os investimentos privados em concessões de infraestrutura. A safra agrícola será melhor e a taxa de inflação deve aproximar-se da meta. Com isso, a taxa de juro real será menor e a taxa de câmbio real poderá ser mais estável num nível adequado para o setor industrial.

Há, portanto, esperança que se crie uma expectativa de crescimento. Sem ela nada acontecerá, nem mesmo o prometido equilíbrio fiscal.

(Antonio delfim Netto - ex- ministro da Fazenda (governos Costa e Silva e Medici), é economista e ex-deputado Federal.)

Sindicatos rejeitam nova proposta da Petrobras e convocam paralisações

14/12/2016 – Folha de S. Paulo

A Federação Única dos Petroleiros (FUP), que representa funcionários da Petrobras, rejeitou nesta terça-feira (13) proposta da petroleira para o Termo Coletivo de Trabalho 2015/2017 e irá convocar os trabalhadores para a realização de paralisações a partir de 23 de dezembro.

Segundo o diretor de comunicação da FUP, Francisco José de Oliveira, a partir de 16 de dezembro, os sindicatos vão realizar assembleias para que os funcionários votem os indicativos da FUP de rejeição e paralisação.

"O rumo dos trabalhadores será a luta", disse Oliveira, evitando dar detalhes sobre como os trabalhadores deverão realizar as paralisações.

Em sua última proposta, a Petrobras ofereceu reajuste em 6% no salário básico e na tabela RMNR, retroativo a setembro de 2016, acrescido de 2,8% em fevereiro, sem retroatividade, explicou o sindicalista.

No entanto, segundo Oliveira, o principal questionamento dos funcionários se refere a mudanças propostas para horas extras e suas respectivas remunerações. Os funcionários querem que a empresa restrinja as negociações deste ano às cláusulas econômicas do acordo.

Maioria das pequenas empresas não deve reajustar preços no início de 2017

14/12/2016 – Folha de S. Paulo

A maioria dos donos de pequenas e médias empresas não prevê reajustes de preços no primeiro trimestre do próximo ano.

Na pesquisa IC-PMN (Índice de Confiança dos Pequenos e Médios Negócios), realizada pelo Insper em parceria com o Santander, 58,64% deles disseram que seus preços atuais devem ser mantidos durante o período.

Por outro lado, mais de um quarto dos empresários (27,5%) disseram que os preços de seus produtos e serviços devem aumentar muito.

Gino Olivares, professor do Insper, afirma que o fato de a maioria dos empresários estar disposta a não fazer reajustes indica uma tendência de que a desaceleração da inflação registrada nos últimos meses continue.

Por outro lado, o índice alto de empresários que querem aumentar preços mostra que haverá alguma dificuldade nesse processo de estabilização da inflação.

Na avaliação de Olivares, a intenção de fazer reajustes desse segundo grupo é reflexo da busca por melhores resultados de empresas que tiveram suas margens prejudicadas durante a crise.

"Muitos ainda precisam ser convencidos de que não é uma boa estratégia aumentar preços em momento de recuperação lenta da economia."

MENOS CONFIANÇA

O índice, divulgado nesta quarta-feira (14), mostra uma queda das expectativas para o próximo trimestre em relação ao atual.

Foram registrados 63,14 pontos, em escala que mede a confiança de 0 a 100, um recuo de 3,1%, na comparação com o quarto trimestre de 2016, quando a confiança havia crescido 8%.

Olivares diz considerar a queda na confiança uma flutuação normal depois de uma alta forte.

O resultado também é consequência da percepção de que o processo de recuperação econômica em curso será mais difícil e demorado do que parecia anteriormente, afirma o professor.

"Estamos descobrindo agora que vamos sair muito lentamente de uma recessão prolongada."

Para a elaboração do índice, foram ouvidos 1.200 donos de pequenas e médias empresas (com faturamento anual que vai de R\$ 100 mil até R\$ 200 milhões), por telefone.

A margem de erro do índice é de 1,4% para mais ou para menos, com um nível de confiança de 95%.

Greve contra pacote de ajuste fiscal é inoportuna, diz governador do RS

14/12/2016 – Folha de S. Paulo

Em meio a um ajuste fiscal e ameaças de greve, o governador do Rio Grande do Sul, José Ivo Sartori (PMDB), afirma que as medidas adotadas pelo Estado estão "acima de política ou ideologia" e que este é o momento de "superar individualismos".

"Governar também é contrariar interesses", disse o governador, para quem as greves contra o pacote que corta secretarias e demite funcionários são "inoportunas e fora de foco".

Nesta terça (13), professores estaduais paralisaram as atividades e outras categorias ameaçam parar. A reforma deve ser votada pela Assembleia na semana que vem.

A poucos dias do fim do ano, o Estado ainda não sabe de onde sairá o dinheiro para pagar o 13º salário. Nesta quarta-feira (14), Sartori e os governadores do Rio, Luiz Fernando Pezão (PMDB), e de Minas Gerais, Fernando Pimentel (PT), vão a Brasília para pressionar o governo federal a ajudar os Estados.

Questionado se faltou gestão ao Estado, Sartori afirmou que "não olha para trás, quer olhar para a frente".

*

Folha - Os professores estaduais anunciaram paralisação, e outras categorias ameaçam parar. É um mau momento para fazer ajuste fiscal?

José Ivo Sartori - É um momento inoportuno, inadequado e fora de foco para as greves. O ajuste é necessário. Do jeito que está, não poderia ficar. E isso não é de agora.

O Estado, ao longo de sua história, sempre esteve voltado para si mesmo, e não olhou para a sociedade. Em 45 anos, o Rio Grande do Sul teve superavit em apenas sete. Esta não é uma questão política ou ideológica.

É uma luta incessante para o equilíbrio financeiro do Estado. É evidente que isso gera sacrifícios, e os sacrifícios terão que ser compartilhados.

Dá para impor um ajuste fiscal numa situação de cada vez mais demanda por serviços públicos? Como explicar isso para a população?

A gente explica dizendo que, se não fizermos isso, não teremos recursos para a saúde, segurança, educação.

O sr. tem dito que é preciso rever o papel do Estado. Mas a Constituição prevê uma série de obrigações. O Estado de direitos acabou?

Não, em absoluto. Mas temos que superar individualismos e observar a intranquilidade do país. Nós estamos vivendo uma crise econômica e social sem precedentes. É preciso ver o que a sociedade suporta pagar.

O Estado tem que trabalhar para ter equilíbrio financeiro, senão não vai conseguir prestar serviços. Eu sempre digo: isso tudo está sendo feito para termos mais dinheiro para as políticas sociais, para a população que mais precisa. Nós sabemos quais são as prioridades.

Os juízes estaduais tiveram uma reação forte ao pacote e argumentam que vão perder a autonomia. O sr. concorda?

Tanto o Poder Legislativo quanto o Tribunal de Justiça, no momento em que precisamos, sempre colaboraram. Agora, é evidente que tem aqui ou acolá outro desejo. Mas é preciso que esse sacrifício seja compartilhado.

Eles dizem que fizeram sua parte em termos de gestão, e o Executivo, não. Faltou competência ao governo gaúcho?

Não posso avaliar a história. Não sou daqueles que olham para trás. Quero olhar para a frente. Vou cumprir com meu papel. Em todo o período eleitoral disse em alto e bom som que iria fazer o que precisa ser feito. E tenho convicção de que estou fazendo.

As medidas que o sr. vem propondo são impopulares...

Eu tenho certeza que a maioria da sociedade está apoiando. Agora, alguns interesses contrariados sempre vão existir. E governar também é contrariar interesses.

Não é suicídio político?

O dia em que estiver pensando na próxima eleição, não cumprirei o meu papel de governante. A reação da população é muito positiva. A maior dificuldade é no mundo interno do Poder público.

Além do Rio Grande do Sul, Estados como Minas Gerais e Rio vivem uma grave crise financeira. A Lei de Responsabilidade Fiscal não deu certo?

Nós estamos fazendo nosso dever de casa. Mas acho que faltou atacar muita coisa. Ninguém se deu conta de que um dia iam faltar recursos. Agora, o Poder público tem que se refazer.

Há temor de que a Assembleia gaúcha também seja invadida por manifestantes, como ocorreu em outros Estados?

Não vou provocar situação nenhuma. Nós cumprimos nosso papel institucional e vamos continuar fazendo nossa parte. Quanto aos outros, quem participa dos movimentos, espero que tenham serenidade e tranquilidade.

Ainda não há previsão para o pagamento do 13º?

Sem previsão. No ano passado, recorremos ao Bannrisul [banco estadual, que fez empréstimos para o pagamento dos salários]. Mas desta vez não podemos mais, porque o Estado não tem o que oferecer nessa negociação.

Fábricas de motos terão novos cortes

14/12/2016 – Automotive Business



Em um ano, as fábricas de motos instaladas em Manaus fecharam cerca de 2,5 mil vagas. No fim de 2015 havia 16,1 mil postos de trabalho, que recuaram para 13,6 mil até setembro, levantamento mais recente divulgado pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

“A tendência é que ocorram novos ajustes nos próximos meses. A produtividade caiu bastante e está atualmente em 70 motos montadas por trabalhador a cada ano. Em 2014 eram 85 unidades para cada um”, recorda Marcos Fermanian, presidente da Abraciclo, que reúne os fabricantes do setor instalados em Manaus.

O executivo admite que Honda e Yamaha tendem a ter mais cortes por serem as duas maiores. “Mas outros fabricantes devem fazer ajustes também”, diz. A Yamaha promoveu mudanças significativas no comando no início do ano e recorreu ao Programa de Proteção ao Emprego. E em março a Honda fechou uma das duas grandes alas de montagem de motos e abriu um Programa de Demissão Voluntária, que teve mais de 500 adesões.

A dificuldade enfrentada pelo setor ocorre pela queda na venda de motos no mercado interno, que terminará 2016 com cerca de 900 mil unidades, 26,7% a menos que em 2015.

Volume de veículos novos financiados despencou em 2016

14/12/2016 – Automotive Business



Apesar de o volume de veículos leves novos financiados em novembro ter alcançado o melhor desempenho do ano, com crescimento de 7,9% sobre outubro, o resultado foi longe de ser suficiente para estancar a expressiva queda de 27% nas vendas a crédito acumuladas em 11 meses por meio de CDC, consórcio e leasing, na comparação com o mesmo período de 2015.

Foram financiados somente 89.505 automóveis e comerciais leves em novembro, em retrocesso de 15,7% sobre o mesmo mês do ano passado, totalizando 960,9 mil unidades em 2016, ou apenas 53,7% do total emplacado este ano. Os dados foram divulgados na terça-feira, 13, pela Cetip, que opera o Sistema Nacional de Gravames (SNG), cadastro que registra veículos dados em garantia em financiamentos.

O mercado de usados tem desempenho melhor, com 245,4 mil veículos leves de segunda mão financiados em novembro, em alta de 10,6% sobre outubro e de 12,5% ante o mesmo mês de 2015.

Na soma de 11 meses foram financiados 2,4 milhões de automóveis e comerciais leves usados, em declínio de 2,8% na comparação com o mesmo período do ano passado.

Mesmo assim, apenas 26,7% dos usados negociados no País foram financiados este ano. Os carros seminovos, com até três anos de uso, apresentaram crescimento das vendas a crédito, mas o maior volume de financiamentos concedidos é para automóveis de quatro a oito anos de idade.

CAMINHÕES E ÔNIBUS

As vendas financiadas de caminhões e ônibus novos somaram 4 mil unidades em novembro, número praticamente idêntico ao de outubro e 10% menor do que o registrado no mesmo mês de 2015. No ano até novembro os financiamentos totalizam 52 mil veículos comerciais pesados, também em acentuada baixa de 26,6%, representando, contudo, parcela maior do total de emplacamentos: 92% das compras foram por financiamento.

Já os negócios financiados de veículos pesados usados somaram 9,7 mil unidades em novembro, em alta de 6,6% sobre outubro e quase igual ao número registrado em novembro do ano passado. No acumulado deste ano a retração é de 9,1%, com 106 mil caminhões e ônibus de segunda mão vendidos por meio de financiamentos.

MOTOS

No segmento de motos, onde as vendas de zero-quilômetro por consórcio e CDC são responsáveis por viabilizar quase 62% dos emplacamentos, foram financiadas 565 mil unidades novas de janeiro a novembro, em queda de 24,5% sobre os mesmos meses de 2015. No mês passado isoladamente, a Cetip registrou 44,9 mil motos vendidas a crédito, em retração de 2,4% diante de outubro e de 21,6% em relação a novembro do ano passado.

Os financiamentos de motos usadas sustentam volumes bem menores, com 95 mil unidades negociadas em 11 meses, em pequena queda de 1,6% em relação ao mesmo intervalo do ano passado, mas o número representa apenas 3,76% do total negociado no período. Em novembro as 9,9 mil motos de segunda mão financiadas significaram alta de 5,2% sobre outubro e de 20,6% na comparação com o mesmo mês de 2015.

Importadores de veículos travados pela cota

14/12/2016 – Automotive Business

Se 2016 já foi bastante desastroso para o setor de veículos importados, 2017 deverá ser ainda pior, considerando os baixos volumes de vendas e todas as consequências que isto pode trazer ao segmento.

Enquanto é esperado um total entre 35 mil a 35,5 mil unidades emplacadas em 2016, o que já representa uma queda de 41% sobre o resultado do ano anterior, as importadoras associadas à Abeifa preveem apenas 25 mil unidades no próximo ano, uma retração de 28,5%.

“Este volume de vendas [para 2017] está baseado somente no total previsto nas cotas que cada marca pode importar sem a incidência dos 30 pontos percentuais a mais de IPI, conforme determina o Inovar-Auto”, explica o presidente da Abeifa, José Luiz Gandini, durante a apresentação do desempenho do setor de importados na terça-feira, 13, em São Paulo.

Gandini esperava obter ainda neste ano alguma resposta do governo sobre um novo decreto que permite a redistribuição de cotas de importação não utilizadas por algumas marcas e que poderiam migrar para outras empresas da associação e serem utilizadas no ano seguinte.

O pleito é da própria Abeifa, que já protocolou o pedido no MDIC e no Ministério da Fazenda. Contudo, a reviravolta do cenário político paralisou qualquer chance de aprovação da medida. Ainda não há informações sobre como funcionaria a redistribuição destas cotas remanescentes.

“Se o decreto fosse aprovado, mudaria tudo. Seria algo como 20 mil carros a mais. Na projeção de 2017, eu apostaria em 50 mil carros, mas não vejo perspectiva de alteração do cenário por causa da crise política que o Brasil está vivendo”, afirma.

Neste ano, considerando o volume total de vendas previsto pela entidade, das 35,5 mil unidades, pouco mais de 5,9 mil excedem à cota sem a sobretaxação do IPI. Isto significa que as importadoras pagaram os 30 pontos percentuais a mais em imposto para trazer mais carros. Em anos anteriores, este excedente era muito maior, mas o dólar tinha valor médio abaixo do atual.

“No início deste ano, o dólar começou em R\$ 2,60, ainda dava para pensar em trazer carros além da cota, mas com a projeção do dólar em R\$ 3,50 para 2017, fica impossível exceder a cota”, relata Gandini.

Além disso, o executivo destaca que as perdas vão muito além dos volumes de vendas: “Se nada for feito, devemos fechar mais 100 concessionárias no ano que vem, o que gera a perda de 4 mil empregos diretos, além da queda de arrecadação de impostos”, prevê. Atualmente, a Abeifa contabiliza 450 concessionárias, mas este volume já foi de 850 casas, no auge da importação, em 2011.

Ele lembra que naquele ano, que foi o melhor do setor, com 199,3 mil licenciamentos, a soma da arrecadação de impostos federais, estaduais e municipais com a venda de veículos importados chegou a R\$ 6,5 bilhões. “Vamos bater palmas se este ano atingirmos R\$ 1 bilhão. Em dólar a relação é pior ainda: foram US\$ 4,5 bilhões em 2011 e este ano deve fechar em algo como US\$ 300 milhões.”

Gandini garante que embora a procura por veículos tenha diminuído devido à crise econômica, há importadoras que registram demanda suficiente para utilizar as cotas remanescentes de outras associadas: caso da Kia, a qual Gandini preside.

Seus números indicam que com a cota limite de 4,8 mil unidades por ano, ele teve que distribuir cerca de quatro unidades por mês para cada uma de suas 105 concessionárias no País. “É inviável sustentar um negócio com este volume”, defende. Em outro exemplo, o executivo aponta que seu prejuízo chega a R\$ 12 mil por Cerato importado fora da cota.

Ele prevê que a marca deve fechar o ano com vendas em torno das 10,5 mil unidades, outras marcas como a Jaguar Land Rover devem fechar 2016 com até 6,3 mil veículos vendidos. Vale lembrar que a JLR iniciou as operações de sua fábrica em Itatiaia, no Rio de Janeiro.

“Ter uma fábrica da Kia no Brasil sempre foi meu sonho. Não consegui, porque os coreanos não permitiram. Mas me pergunto se vale mesmo a pena ter uma planta hoje no País: a capacidade produtiva atual é de 5 milhões para um mercado com expectativa de 2,5 milhões em 2017. Realmente não sei se foi bom ou ruim para a Kia não ter uma fábrica.”

Questionado sobre paralisar os negócios temporariamente, Gandini replica: “Isso sempre passa pela cabeça dos importadores independentes, mas em algum momento acreditamos que o cenário vai mudar, por isso não se pode jogar o negócio no lixo. Vamos diminuir no ano que vem, mas estaremos vivos, esperando que o Brasil mude, e vai mudar.”

Programa Anfir-Apex deve gerar US\$ 35 milhões em exportação

14/12/2016 – Automotive Business

Fabricantes de implementos rodoviários que participaram do programa de incentivo às exportações montado este ano pela Anfir e Apex, respectivamente a associação das empresas do setor e a agência brasileira de promoção de exportações, calculam que deverão exportar cerca de US\$ 35 milhões para compradores de países da América do Sul envolvidos nos encontros promovidos pelo projeto.

O convênio entre Apex e Anfir foi assinado em março passado e nos meses subsequentes foram realizadas três rodadas de negócios na Colômbia, no Chile e Brasil, além de participação na feira Expomina Peru 2016. No total, 25 fornecedores brasileiros de carretas e implementações sobre chassis estiveram presentes em um ou mais eventos.

“A receptividade dos mercados sul-americanos nos surpreendeu”, atesta Alcides Braga, presidente da Anfir. “Vários empresários do setor de logística reconheceram que oferecemos qualidade com preço competitivo e proximidade de seus mercados”, completa.

A primeira rodada de negócios foi na Colômbia, em junho, com 14 empresas brasileiras; seguida da Expomina Peru em setembro, com sete fabricantes de implementos do Brasil.

Em outubro foi realizada no Chile o segundo encontro de negócios com a participação de 11 associados da Anfir. Em novembro foi a vez de São Paulo receber a visita de potenciais compradores sul-americanos, com a vinda de 11 empresas estrangeiras que se encontraram com 18 brasileiras.

“A definição das ações com foco os mercados latino-americanos mostraram-se muito acertada, diante da boa aceitação mostrada pelos empresários locais”, diz Mario Rinaldi, diretor executivo da Anfir.

Para o próximo ano o projeto deverá continuar com a seleção de novos mercados. “Estamos em contato com a Apex Brasil e os associados para definirmos quais mercados deverão receber a atenção da missão brasileira”, explica Rinaldi.

MWM embarca primeiros motores para a África do Sul

14/12/2016 – Automotive Business

A MWM embarcou o primeiro lote de motores diesel fabricados no Brasil para a unidade comercial da Navistar, sua empresa controladora, na África do Sul. O objetivo, segundo a fabricante, é iniciar exportações regulares para o país em 2017.

Foram enviados inicialmente motores Série 229, 10 e 12, destinados aos segmentos de geração de energia, agrícola, veículos especiais e marítimo. Desde novembro a MWM já envia peças de reposição para a operação sul-africana.

A unidade conta com área comercial, pós-vendas e um centro de distribuição de peças localizado nas proximidades de Joanesburgo, maior cidade do país. A operação também tem um centro de treinamento para preparação da rede de assistência local, revendedores e clientes da região. Para aumentar a capilaridade, a MWM deverá capacitar dentro dos próximos meses 10 pontos de rede no mercado local.

Os motores exportados à África do Sul são projetados, produzidos e validados no centro tecnológico brasileiro da companhia, integrado à fábrica localizada em São Paulo, no bairro de Santo Amaro. Segundo Thomas Püschel, diretor de vendas e

marketing da MWM Motores, o embarque faz parte da estratégia de ampliação das exportações. “Além dos clientes atuais da África do Sul que equipam suas aplicações com motores MWM, o mercado sul-africano conta agora com uma unidade comercial e de assistência local, o que garante atendimento especializado aos clientes”, diz Püschel.

X-Tract da Tomra é reconhecido com o Prêmio Alemão de Design 2017

14/12/2016 – CIMM

Lançado num novo formato na primavera deste ano, o X-TRACT, o sistema da TOMRA de Raio-x transmissão, recebeu uma “Menção Especial”, pelo Prêmio Alemão de Design 2017 na categoria “indústria”. De acordo com o júri, o X-TRACT reflete o alto desempenho e eficiência do sistema de classificação no seu design técnico-funcional e a sua marcante coloração.

A “Menção Especial” é concedida a produtos em que o design apresenta sub-aspectos ou soluções particularmente bem sucedidos – um prêmio que honra o comprometimento de empresas e designers. O objetivo do Prêmio Alemão de Design é descobrir, apresentar e honrar tendências de design único. A cerimônia de premiação do Prêmio Alemão de Design 2017 acontecerá no contexto do Ambiente 2017 em Frankfurt.

Valerio Sama, Gerente de Produto da TOMRA Sorting Recycling comenta sobre o prêmio: “Estamos muito orgulhosos que o design do X-TRACT foi reconhecido com o Prêmio Alemão de Design. A paixão pela inovação, o foco em encontrar novas soluções que atendam às necessidades dos clientes e ao design funcional são o nosso impulso diário para tornar os nossos sistemas de seleção cada vez melhores”.

Processo de nomeação e seleção

O Prêmio Alemão de Design estabelece os mais altos padrões quando se trata de selecionar os vencedores: no processo de nomeação, os painéis de especialistas do Conselho Alemão de Design convidam apenas aqueles produtos e serviços de design de comunicação a participarem no concurso que comprovadamente se diferenciam dos seus concorrentes graças à sua qualidade de design.

O júri do Prêmio Alemão de Design 2017 é composto por especialistas em design de várias disciplinas. Eles são do mundo dos negócios, educação e ciência, bem como a indústria de design e são líderes reconhecidos nos seus respectivos campos.

O novo X-TRACT

No seu formato recém-lançado, o pioneiro X-TRACT foi apresentado no mercado na IFAT 2016, uma das maiores feiras de tecnologia ambiental do mundo. Equipado com um novo sensor, o sistema é uma ferramenta de triagem extremamente poderosa e eficiente, resultando na liderança no que diz respeito a desempenho e estabilidade na indústria.

Para os operadores, o sistema de triagem aprimorado pode garantir maior pureza de recuperação de metais, maior rendimento, qualidade consistente do produto e assegurar a recuperação de subprodutos vendáveis.

Os designers da TOMRA Sorting Recycling reduziram ainda mais os custos operacionais da máquina, além de oferecerem frações com maior valor agregado. Novos recursos de fácil utilização incluem uma interface touch-screen intuitiva e flexível para controle e ajuste do processo. Tudo isso leva a um maior rentabilidade e aumento de lucros para os clientes.

As pastilhas na classe GC1130 agora estão disponíveis para uso com ferramentas para fresamento de canais

14/12/2016 – CIMM

A Sandvik Coromant, especialista em ferramentas de corte e sistemas de ferramentas, disponibilizou sua classe de alto desempenho para fresamento de aços, a GC1130, para uso com as fresas CoroMill® QD e CoroMill 331 para usinagem de canais. A GC1130, a mais nova classe Zertivo™ da Sandvik Coromant, propicia altas taxas de remoção de metal e níveis seguros de desempenho em operações de usinagem com e sem refrigeração.

Já disponível para uso com as fresas CoroMill 390, CoroMill 490 e CoroMill 495, para fresamento a 90 graus e chanfros. Essa expansão da área de aplicação torna os benefícios da tecnologia Zertivo, como longa vida útil da ferramenta e usinagem segura, disponível para um perfil de usuários ainda mais amplo.

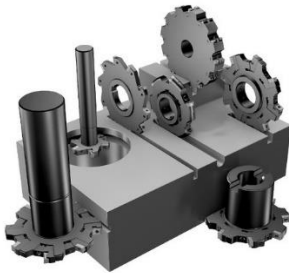


Imagem: Divulgação

As fábricas agora podem usar as pastilhas da classe GC1130 com a fresa CoroMill QD para usinagem de canais profundos e estreitos, em operações de acabamento e desbaste externo e interno. Para exigências adicionais no fresamento de canais, as pastilhas GC1130 também podem ser aplicadas à CoroMill 331, uma fresa de disco e de facear multifunção.

Essa ferramenta versátil realiza a usinagem de canais, fresamento duplo corte lateral, fresamento de cantos a 90 graus, faceamento, faceamento reverso, fresamento com trem de fresas e usinagem em rampa circular.

No total, a GC1130 foi introduzida para mais sete famílias de produtos. Juntamente com a CoroMill QD e a CoroMill 331, a classe está disponível para uso com CoroMill 790 e T-Max com aresta longa (fresamento de cantos a 90 graus), CoroMill Century (faceamento), CoroMill 170 e CoroMill 176 (fresamento de engrenagens).

“Problemas como escamação, lasçamentos repentinos e trincas térmicas são comumente encontrados no fresamento de materiais na área de aplicação ISO P, especialmente quando realizado com percursos de ferramentas desfavoráveis, cavidades profundas ou com refrigeração”, afirma Björn Ericsson, gerente de Projeto.

“Nós desenvolvemos a GC1130 para ajudar as fábricas a superar os efeitos causados pela vida útil reduzida da pastilha e a produção instável”.

Fabricada com Zertivo – uma tecnologia de produção PVD desenvolvida para reforçar as vantagens da classe – a GC1130 oferece alta segurança da aresta e escamação reduzida.

Além disso, o substrato de finos grãos e alto teor de Cr proporciona resistência a trincas térmicas, ajudando a garantir vida útil da ferramenta longa e confiável.

Nova fábrica da CSN já opera em Arcos

14/12/2016 – CIMM

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), do empresário Benjamin Steinbruch, já iniciou as operações da sua nova fábrica de cimentos, em Arcos, no Centro-Oeste de Minas.

O startup da plataforma, que demandou investimentos de R\$ 1,6 bilhão, coloca a CSN como um dos principais players do setor no País e ainda possibilita a autossuficiência em clínquer, um tipo de subproduto na produção de cimento, da planta do grupo em Volta Redonda (RJ), que receberá o insumo da unidade mineira.

A fábrica de Arcos atenderá, prioritariamente, aos mercados de Minas Gerais e São Paulo. "Temos uma base sólida com aproximadamente 7 mil clientes. Somos reconhecidos como uma grande produtora de aço para o setor automotivo e de linha branca em todo o Brasil. Agora estaremos fortalecendo ainda mais a nossa presença no setor de construção civil", destacou, em nota, o diretor de Cimentos da companhia, Edvaldo Araújo Rabelo.

Ainda de acordo com o diretor, a planta tem condições comerciais de atender à demanda tanto de pequenas reformas quanto de grandes obras. Além disso, para facilitar a logística de escoamento de produção, a CSN possui centros de distribuição (CDs) em Ribeirão Preto, Americana, Mogi das Cruzes, Capuava e São José dos Campos, no Estado de São Paulo; Belo Horizonte, Uberlândia, Varginha e Juiz de Fora, em Minas Gerais; e em Queimados, Arara e Itaboraí, no Rio de Janeiro.

A escolha do Estado para a instalação da nova unidade também pode ser atribuída à extensa malha rodoviária de Minas, a maior do Brasil, o que, segundo a empresa, favorece o escoamento da produção. Porém, a companhia informou que parte do cimento produzido em Arcos também será transportada via ferrovia. Hoje, a CSN distribui cerca de 50 mil toneladas de cimento por ramais ferroviários.

Empregos - A nova planta tem capacidade de produção de 2,3 milhões de toneladas de cimento por ano e de 9,3 mil toneladas de clínquer por dia. Durante a construção da unidade, foram gerados aproximadamente 3,5 mil empregos diretos e cerca de outros 5 mil indiretos. Para a fase de operação, a plataforma vai operar com cerca de 700 funcionários diretos e 250 indiretos.

Com o objetivo de capacitar a mão de obra local, a CSN, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), desenvolveu o programa Capacitar. Até o momento, foram formadas 120 pessoas, das quais 80% foram contratadas para o projeto.

Procurada pela reportagem, a prefeitura de Arcos informou, em nota, que além das contratações, o início da produção de cimento pela CSN no município também proporcionará o aumento da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS). A estimativa é de que a cidade pode ficar entre as 25 de maior arrecadação do imposto no Estado.

Ternium recorre à CVM contra diretoria da Usiminas

14/12/2016 – Inda

Após perder a causa na Justiça mineira, o grupo ítalo-argentino Ternium / Techint recorreu à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para conseguir valer a eleição de Sergio Leite de Andrade para a presidência da Usiminas.

Os conselheiros indicados pela Ternium, em conjunto com o representante dos funcionários e acionistas minoritários, protocolaram ontem uma carta na autarquia em que pedem uma manifestação a respeito do assunto. O pleito é pelo reconhecimento da legalidade da eleição ocorrida em 25 de maio e da condição de interinidade "há mais de dois anos" da atual diretoria.

Após a eleição pelo conselho em maio, que destituiu Rômelo Erwin de Souza para dar lugar a Leite, a Nippon Steel & Sumitomo Metal, que divide o controle da Usiminas com a Ternium e a Previdência Usiminas, pediu à Justiça que anulasse a reunião. O Tribunal de Justiça de Minas Gerais deu ganho de causa aos japoneses e em outubro Souza voltou a assumir a presidência.

Com duas passagens até agora pelo comando da empresa, de 25 de setembro de 2014 a 25 de maio deste ano, e agora desde 5 de outubro, Souza seria interino por um ano e dez meses. Para os conselheiros que assinam a carta enviada à CVM, a situação desrespeita o artigo 150 da Lei das S.A., que determina o prazo de permanência da diretoria "até a investidura dos novos administradores eleitos".

Os reclamantes dizem que na reunião do conselho, apenas os indicados pela Nippon Steel votaram contra a eleição de Leite - três em onze. Representantes de Ternium (três), funcionários, Previdência Usiminas e minoritários votaram a favor. Os dois indicados pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) se abstiveram.

Dar ganho de causa a essa posição, alega a carta, aumenta os poderes dos conselheiros do grupo japonês e deixa o colegiado impossibilitado de cumprir com seu dever fiduciário de eleger e destituir diretores.

"Persistindo a interinidade, além de violação da lei, estará configurado quadro de grande insegurança interna na companhia e de dificuldades para o desenvolvimento de suas atividades com terceiros", afirmam os conselheiros no texto.